

Textos
98-2002

SEMANA DA EDUCAÇÃO

18 a 24 de Janeiro de 1998

promovida por Sua Excelência o Presidente da República

Intervenção no Debate na Escola Profissional de Torredeita, em 21 de Janeiro de 1998.

Joaquim Azevedo

Senhor Presidente da República
Minhas Senhoras e meus Senhores,

O sistema educativo português tem mudado muito, nos últimos vinte e cinco anos. Há perto de mais de um milhão de portugueses que frequenta o ensino e formação. A “educação”, diz-se, é a nossa menina dos olhos. O seu orçamento duplicou num curto período de tempo. No entanto, não o podemos esconder, não é boa a imagem pública do sistema educativo português. Ao mesmo tempo, diante da crise por que passam a família e outras instituições sociais fortemente integradoras, a escola do fim do século XX aparece como que um último reduto de salvação, agora que todos ou quase todos os cidadãos por lá passam e durante cada vez mais anos. A escola é vista como que a mãe de todas as tarefas de socialização, de instrução e de educação.

Todavia, o equívoco é medonho e a crise dos sistemas educativos não vai parar de se ampliar. De facto, não nos damos conta de que a par deste defluir constante de responsabilidades e tarefas sobre o terreno da escola, o modelo moderno de educação escolar permanece, no essencial, o mesmo modelo desde a sua fundação, já lá vão uns duzentos anos, idêntico nos seus espaços, na sua organização, no tipo de escolas, nas suas metodologias, nos seus recursos, e nas ideologias com que o pensamos quotidianamente. Porém, a muitos de nós, mesmo aos que mais próximos dele nos situamos, parece-nos que o prazo de validade do modelo está a expirar.

Esta sensação é particularmente explícita na relação entre educação-economia-trabalho. As políticas educativas têm-se deixado conduzir ao sabor da evolução dos requisitos da economia, facto muito visível nos últimos cinquenta anos de pós-Guerra. As sucessivas e inúmeras reformas educativas que se fizeram na Europa ergueram-se em nome da integração social de camadas crescentes da população e da necessidade de recuperar um atraso constante em relação à evolução da economia. No entanto, nunca esta relação entre a educação e a economia-emprego-trabalho foi uma história de ajustamento feliz. Ainda hoje o problema subsiste. O que se diz que a economia e o mundo do trabalho hoje requerem da educação não é o que a educação promove, o que a educação promove, por sua vez, diz-se que não serve as actuais necessidades da economia.

Será que este paradigma em que pensamos a relação educação/formação e economia/trabalho/emprego ainda é útil para responder aos principais anseios e necessidades vitais das mulheres e dos homens de hoje e às próprias necessidades actuais da economia, da cultura, da sociedade?

Vivemos tempos de transição, tempos difíceis, tempos de crise, dias de luto e de refundação, dias de muita esperança. Algumas marcas deste tempo são-nos mais perceptíveis:

- ♦ as narrativas ideológicas estáveis ruíram;
- ♦ o determinismo acerca do sentido da história tem-se esboroadado em trajectórias espantosas e insuspeitadas;
- ♦ a economia de mercado expande-se a todo o planeta e torna-se o eixo central da globalização, um poderoso instrumento de manipulação global de aspirações, sonhos e de pessoas;

- ♦as técnicas surpreendem-nos em cada dia com a sua versatilidade, a sua novidade, a sua omnipresença e as suas potencialidades quase ilimitadas;
- ♦os adolescentes e jovens dão-se conta de que o futuro que os seus pais lhes narraram desde o berço e que lhes continuam a entreabrir, já não será o que era para ser e, mais, não sabem sequer qual virá a ser;
- ♦o desemprego já se chama estrutural e as sociedades vincam a sua forma dual, aumentando o caudal de excluídos;
- ♦as elites europeias, aprisionadas nos jogos eleitorais e nas leituras quantificadas do mundo e da vida, não compreendem o que se passa e preferem despolitizar a política (entendida aqui como arte de ouvir e de pensar o mundo, as sociedades e as pessoas, antecipando e prevenindo as derivas inumanas) e atribuem cada vez mais à política o papel de administrar a técnica e a economia;
- ♦Enfim, tudo é apresentado como relativo, como valendo mais ou menos o mesmo, a ausência de convicções parece ser o “politicamente correcto”.

Quanto mais percorro o país e ouço as pessoas, mais vejo como a sociedade aparece bloqueada aos olhos de muitos jovens e adultos. Vivemos um tempo de transição em que é crucial e urgente refazer promessas sociais, conscientes de que as sociedades humanas carecem de um renovado ambiente de cumplicidade colectiva e de solidariedade para se manterem coesas e em paz. E é neste quadro social descrito em tão breves palavras que quero equacionar o tema que aqui nos reúne em torno de Sua Excelência o Presidente da República, a quem agradeço o honroso convite que me fez para intervir nesta ocasião.

Para mantermos a “sociedade aberta” e para impedirmos que seja o saudosismo da escola elitista de há trinta anos ou o cinismo de uns quantos líderes de opinião a orientar os nossos passos, precisamos que a política educativa se deixe seduzir menos pelos números e pela voragem das informações e participe mais nas mudanças culturais. Para tal creio que também precisamos de metáforas. E são precisamente metáforas o que vos quero propor, em número quatro.

Porquê metáforas? Metáforas (autocarro, em grego) são veículos que nos podem conduzir do emaranhado quotidiano, para além dos limites que vislumbramos, portas que se rasgam para passarmos daqui para além, pontes entre o passado e o devir.

A primeira metáfora é a do voo de borboleta. Existe na sociedade portuguesa (como em outras) um fosso profundo entre as gerações que cresceram e começaram a construir os seus projectos de vida durante os “trinta gloriosos” e a geração dos que têm hoje entre 15 e 25 anos. Enquanto que uma parte dos primeiros projectou o seu futuro escolar, profissional e familiar como quem atira um projectil, com coordenadas mais ou menos seguras e com uma boa dose de certeza e de promessa associadas, já os segundos projectam agora o seu futuro num contexto de enorme turbulência e imprevisibilidade, aparentemente sem referências estáveis a que se agarrarem.

A beleza do voo das borboletas esconde um segredo: em cada dia e em cada momento em que o voo se inicia, ele nunca se repete. É sempre novo no seu voitar: ora sobe, ora desce, ora avança ora recua, ora segue nesta ora passa para aquela direcção. O voo das borboletas consegue escapar à nossa mais sofisticada capacidade de previsão.

As trajectórias de vida profissional assemelham-se mais e mais a voos de borboleta e cada vez menos, para a maioria, a projecções balísticas. O desenvolvimento vocacional e profissional realiza-se ao longo de toda a vida de trabalho, as necessidades de actualização serão contínuas. A chamada situação de “transição” profissional passou a ser permanente, já não se confina à transição inicial escola-trabalho. O “caos vocacional” é um dado: quando surgirá o primeiro emprego? Quantas pequenas actividades se terão de desenvolver antes de se obter um primeiro emprego? Quanto tempo é que este durará e quantos novos empregos se seguirão? Em quantos sectores de actividade se terá de trabalhar? Que terá o primeiro e os segundos empregos a ver com a formação inicial? Que vínculos laborais se irão estabelecer ao longo da vida?

Perante estas trajectórias profissionais imprevisíveis, haverá, certamente e sem medo, que fazer o luto de um futuro que era para ser e, desse modo, abrir um futuro novo, com realismo, agora já longe do optimismo histórico que marcou o pós-Guerra, um futuro imprevisível, mas onde acesso ao trabalho e ao exercício profissional continuará a representar o acesso a “um estatuto e a um reconhecimento”.

A formação para estes novos itinerários profissionais deve privilegiar a aprendizagem da autonomia, da iniciativa e do empreendimento, o gosto da cooperação e a capacidade de construção de pequenos projectos, além de requerer novas capacidades para recolher, tratar e usar a informação actualizada e pertinente. Não estarão estas competências no cerne da melhoria da produtividade do trabalho, domínio no qual tanto precisamos de investir? Como estão as organizações de ensino e de formação e as empresas disponíveis para promover estas novas competências, mormente em cooperação entre si? Como o poderão fazer ao nível do ensino básico e do ensino secundário?

A distância mantém-se, mas em muitas localidades os diferentes actores sociais têm vindo a estabelecer laços, passo a passo, num ambiente de irrecusável cooperação conflitual.

A segunda metáfora é a da primeira pedra. Um diploma escolar, inclusive um diploma de ensino superior, já não é o telhado da casa, representa apenas a sua primeira pedra. A elite que, em Portugal, cresceu nos anos 50, 60 e 70 e que alcançou um diploma do ensino secundário ou superior pensava que tinha chegado ao cume da sua formação. Do telhado do edifício contemplava-se uma paisagem profissional e carreiras profissionais estáveis, como um horizonte bastante claro pela frente.

Hoje a aquisição de uma formação inicial, mesmo que de dezassete anos, é tão-só o lançamento da primeira pedra. E, convenhamos, não é a mesma coisa estudar onze anos para alcançar o cume do telhado e estudar dezassete anos para poder colocar apenas a primeira pedra. Primeiro, as vistas não se comparam. Depois, é muito diferente vislumbrar uma carreira profissional a partir do telhado ou a partir do chão.

O diploma de formação inicial constitui hoje um importante e imprescindível elemento fundacional. Não o possuir é desde logo correr o risco da exclusão do acesso a direitos e benefícios sociais fundamentais. Por outro lado, quanto melhor for a sua qualidade, mais a construção será segura, pois sobre a primeira pedra e sobre a fundação outras edificações se seguirão, em função das trajectórias de vida de cada um. E a primeira de todas as pedras da educação escolar é o 1º ciclo, esse grande esquecido. Às vezes até parece que os alicerces mudaram de sítio!

Da escola de massas espera-se que transmita e proporcione a aquisição de um núcleo básico de saberes, de competências pessoais, de atitudes e valores capazes de sustentarem edifícios em construção permanente. Entre estas atitudes e competências estará a capacidade de iniciativa para procurar trabalho, para criar trabalho, para construir novas oportunidades, para disputar lugares, para cooperar na concepção e execução de novas soluções, a capacidade de comunicação e de diálogo contínuo com os outros (conjunto difuso que vai variando ao longo da vida) a capacidade para resolver novos problemas, a competência para saber recomeçar, a cada passo da vida, e reaprender sempre.

Das empresas espera-se um maior investimento na requalificação profissional e no encaminhamento dos trabalhadores em reconversão para soluções conjuntamente arquitectadas com as instituições de ensino e de formação. Das empresas e das suas associações espera-se que saibam certificar as competências que os trabalhadores vão adquirindo no seu longo percurso profissional, se possível em cooperação com as instituições de formação. Certificar competências profissionais é também melhorar a qualificação da mão-de-obra.

Uma sugestão: em vez de investirmos tanto a redigir pactos sociais que não são referência para a acção diária de quaisquer actores sociais, talvez pudessemos investir na construção social de compromissos concretos, entre parceiros sociais concretos, com medidas concretas negociadas e com metas e prazos a cumprir. A sociedade portuguesa também carece destes compromissos para evoluir. Compromissos entre a Administração e os parceiros sociais. Porque não preparar um compromisso entre actores sociais, por ex., em torno da prevenção do abandono escolar precoce ou do famigerado “ensino nocturno”, duas áreas em que se esbanjam assustadoras quantias do erário público?

A terceira metáfora é a do cartógrafo. Antes, quando um jovem terminava o seu curso, dizia-se que era um diplomado. Hoje, pode dizer-se que é um cartógrafo, ou seja, alguém que, em função das viagens que vai realizando e das informações que vai recolhendo de boa fonte, fixa o norte, anota os lugares, os ventos favoráveis e contrários, as rotas, tudo o que pode constituir elemento útil para o trajecto pessoal de vida.

No séc. XVI, conta-nos o cartógrafo Frei Mauro que o seu trabalho consistia na recolha, ano após ano, de informações provenientes de todo o mundo, transmitidas por mercadores, viajantes, investigadores, missionários, navegadores, embaixadores e aventureiros. Na sua cela, em Veneza, a informação recolhida era cuidadosamente tratada e registada. O desconhecido ia-se assim vencendo e transformava-se, a pouco e pouco, em formas e espaços, em novos nomes e novos lugares.

Como ele confessa no seu diário, o cartógrafo nunca possui todos os dados. Todavia, isso não o impede de, escutando e reunindo as diversas fontes de informação, desenhar lugares e rotas, dando formas ao desconhecido. Apesar de frágeis construções e apesar de ser muita a incerteza que rodeava qualquer viajante ou navegador, os mapas elaborados eram instrumentos preciosos. De modo semelhante, durante os percursos escolares e ao longo da vida profissional cada cidadão deve estar apto a construir continuamente o seu mapa de competências, uma autêntica arca que se desactualiza e se tem de reactualizar de tempos em tempos.

Neste novo cenário social, as escolas e os centros de formação inicial não podem continuar a ser fábricas de diplomados, como linhas de montagem mais ou menos afinadas, à boa maneira da produção taylorista, lugares sociais que licenciam produtos para o mercado. Do

mesmo modo, as empresas não são organizações sociais irresponsáveis que cortam sem mais os elos de vinculação social de muitos trabalhadores, elos quantas vezes frágeis, colocando-os do lado de fora da porta, sem quererem saber do seu destino pessoal e social. As escolas e os centros de formação profissional inicial podem ser lugares sociais permanentemente capazes de enriquecer esta arca pessoal de competências, ao longo de toda a vida, em qualquer idade, em cooperação íntima com as empresas. Assim como o projecto que aqui nos acolhe em Torredeita, em que a pró-actividade desta comunidade e dos seus líderes, desde as crianças aos idosos, é capaz de vencer um contexto social de desertificação e de declínio económico.

Podemos mesmo perguntar: para quê aumentar mais e mais, perante a adversidade do mercado do primeiro emprego, a “moratória educacional”? Fechar os jovens nas escolas e conduzi-los para o diploma rei, será essa a única saída? Não haverá que lançar e valorizar mais politicamente as “moratórias de transição” escola-trabalho, as saídas e reentradas mais breves, não haverá que criar e apoiar redes e dinâmicas entre escolas e centros de formação, empresas e outras organizações sociais, aptas a cooperar na construção dos mapas de competências, desde o ensino básico? Que ganhamos nós, pessoas concretas e pais, com períodos tão longos de total afastamento do trabalho?

A quarta metáfora é a do tesouro. Onde está o tesouro da educação? Coligindo os discursos políticos que entre nós se fazem sobre a relevância do sector público educacional, ressalta a evidência de que a utilidade da educação ancora no seu contributo inestimável para o desenvolvimento económico nacional. Os investimentos educacionais justificam-se pelo apoio que possam dar ao desenvolvimento económico dos países. Preparar uma mão-de-obra adequada a cada fase de

reestruturação económica, reformar os sistemas educativos para acompanhar estas reestruturações e as inovações técnicas constantes, promover reformas no ensino e na formação para combater o desemprego crescente, formar para as “novas” competências que os postos de trabalho e a sua escassez exigem, tudo gira à roda do referente técnico-económico. Este, sim, parece ser o grande desígnio nacional e mundial, o grande esforço civilizacional que justifica os gigantescos sistemas educativos nacionais.

O tesouro da educação residiria, assim, no serviço que o sistema educativo presta ao conjunto da sociedade, em particular, à sua estrutura produtiva e à sua administração pública. Mas, a este respeito, a dúvida e a inquietação não param de aumentar, por ex., quando 90% da população de um dado país obtém o diploma de fim de estudos secundários e, ao mesmo tempo, o desemprego continua a crescer e atinge já milhões de diplomados. Creio que aqui reside um dos grandes problemas culturais do fim do séc. XX.

O ser humano, na sua singela e surpreendente humanidade, continua a ser um tesouro escondido dentro dos sistemas educativos. As mulheres e os homens continuam escondidos atrás do alunos e dos formandos, a humanidade que mora em cada aluno ou formando permanece ocultada, adormecida, esquecida. Os sistemas educativos e os seus orientadores parece não se encantarem tanto com a revelação dos tesouros humanos e com as suas manifestações de cultura, tão encantados estão com os tesouros socioeconómico e as suas expressões quantitativas. O mesmo sucede nas empresas.

A UNESCO, neste espantoso dealbar do século XXI, vem propor à comunidade internacional a metáfora do tesouro e adverte-nos: “é preciso assinalar novos objectivos à educação e, portanto, mudar a ideia

que se tem da sua utilidade. Esta deveria assentar antes de mais na concepção de educação como processo de revelação do tesouro escondido em cada um de nós”. A educação deve preparar cada ser humano “para elaborar pensamentos autónomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida”. Uma visão profundamente instrumental acerca da utilidade da educação, em que uma dada economia em movimento vai norteando a evolução do ensino e da formação, deveria ceder o lugar a escolas capazes de “conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem tanto quanto possível donos do seu destino”.

O paradoxo é evidente: é como se, no sistema educativo, tivéssemos sido inquilinos e nos tivéssemos esforçado, durante décadas e décadas, para agradar ao senhorio e respeitar todas as regras impostas aos inquilinos e, agora, nos dessemos conta de que a casa que habitamos sempre foi nossa, de que afinal os seus donos são os que a habitam. Se o tesouro está dentro, porquê e para quê este frenesim em procurá-lo fora?

Neste quadro metafórico, talvez esteja como nunca sobre a agenda política o momento da economia ceder à cultura o lugar da presidência do desenvolvimento da educação. É o modelo moderno de educação escolar que terá de ser repensado, para melhor servir o ser humano e assim também a sociedade, a sua economia, o trabalho, o lazer, a criatividade e a inovação e para dar a cada um os meios de exercício de uma cidadania livre e responsável.

Nada do que antevemos na evolução da sociedade, por mais adverso que pareça ser, constitui uma fatalidade. Os sistemas sociais têm um tempo

para serem edificados, um tempo para nos servirem e um tempo para ruirem, a que se segue um novo tempo para a construção.

Para terminar, permitam-me que retome um fio condutor desta reflexão e deixe uma ideia para o debate. Até quando é que vamos adiar a criação de uma instância de regulação nacional da formação profissional, em parceria social, fora da lógica estatista e burocrática omnipresente, uma instância-força motriz da cooperação entre escolas, centros de formação, empresas, associações empresariais, sindicatos. É que já não se aguenta mais este Estado abafador, ditador de regras fechadas, distribuidor de dinheiros públicos e servidor de dependências, que faz as instituições sociais desesperarem e desistirem da participação social. Porque é que um ou dois serviços da administração pública hão-de continuar a tudo ordenar, sobrepondo-se às vontades políticas expressas pelos próprios partidos políticos e por tantos sectores da sociedade portuguesa? Nos países europeus em que há políticas de formação eficientes e sistemas credíveis, há muito que esta mudança se operou. É que, não o esqueçamos, uma melhor assunção das responsabilidades de todos os actores sociais face ao ensino e à formação profissional também é uma questão da evolução do tipo de Estado e de Administração que temos.

Os tempos das crises inerentes às transições civilizacionais, são os mais propícios a reflexões interpelativas, desbloqueadoras e abertas, como esta que vos propus. São belos tempos, estes que temos a fortuna de viver!

Obrigado pela atenção que me dispensaram.

Torredeita, 21 de Janeiro de 1998

Joaquim Azevedo